



COMUNICAÇÃO EM SAÚDE E ENFRENTAMENTO DA DESINFORMAÇÃO NO SUS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

Resumo: A comunicação em saúde é elemento essencial para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), sobretudo diante do avanço da desinformação e das chamadas infodemias, que comprometem a confiança pública e dificultam a adesão às políticas sanitárias. Este estudo, desenvolvido como uma revisão narrativa da literatura, teve como objetivo analisar as estratégias e desafios da comunicação em saúde no enfrentamento da desinformação no contexto do SUS. A pesquisa foi conduzida entre agosto e outubro de 2025 nas bases PubMed, SciELO, Internet Research, Ciência & Saúde Coletiva, The Lancet e JMIR Public Health and Surveillance, utilizando descritores em português e inglês combinados com operadores booleanos. Dos 47 estudos encontrados, 9 atenderam aos critérios de inclusão. Os resultados indicaram que o uso de mídias digitais, campanhas interativas e práticas de literacia em saúde favorece o combate à desinformação e fortalece a confiança social nas instituições públicas. Conclui-se que a comunicação em saúde deve ser compreendida como política pública estratégica e permanente, essencial à consolidação do SUS e à defesa do direito à informação e à saúde.

Palavras-chave: comunicação em saúde; desinformação; Sistema Único de Saúde; literacia em saúde; infodemia.

Laina Íris Nunes Santana

Enfermeira pela Faculdade Unisapiens

José Rahel Castro Rego

Graduando em Fisioterapia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Gerald Souza Barros

Especialista em Promoção da Saúde e Qualidade de Vida pela Faculdade Jardins

Francisco Daniel Leal Sousa

Graduado em Fisioterapia pela Universidade Federal do Piauí e Mestre em Saúde da Família pelo Centro Universitário Uninovafapi

Alex José Moreira da Silva

Enfermeiro pela Universidade Brasileira

Rafaela Soares Carneiro

Fisioterapeuta pela Universidade Federal do Pará - UFPA

Ana Larissa Bezerra Costa

Enfermeira pelo Centro Universitário INTA – UNINTA e Especialista em Obstétrica e Neonatologia, Saúde Pública, Auditoria em gestão da Saúde

Carla Venâncio Gregório

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Cosmopolita

Soraia Arruda


Graduada em Enfermagem pela UFRGS e Gestão em Saúde pela UFCSPA e Mestrado em Gastroenterologia e Hepatologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS

Thaissa Mara Alves Capelo

Especialização em Nutrição em Pediatria pela Faculdade IPGS





 10.71248/9786583818249-8

THE IMPORTANCE OF HEALTH COMMUNICATION AND MISINFORMATION MANAGEMENT IN BRAZIL'S UNIFIED HEALTH SYSTEM (SUS): CHALLENGES AND STRATEGIES

Abstract: Health communication is essential for strengthening Brazil's Unified Health System (SUS), especially amid the rise of misinformation and health infodemics that undermine public trust and hinder adherence to public health policies. This study, conducted as a narrative literature review, aimed to analyze strategies and challenges of health communication in addressing misinformation within the SUS context. The research was carried out between August and October 2025 in databases such as PubMed, SciELO, Internet Research, Ciência & Saúde Coletiva, The Lancet, and JMIR Public Health and Surveillance, using Portuguese and English descriptors combined with Boolean operators. Of the 47 studies identified, 9 met the inclusion criteria. The results revealed that the use of digital media, interactive campaigns, and health literacy practices improves misinformation control and strengthens social trust in public institutions. It is concluded that health communication must be understood as a strategic and permanent public policy, essential for consolidating the SUS and safeguarding the right to information and health.

Keywords: health communication; health literacy; infodemic; misinformation; Unified Health System (SUS).

INTRODUÇÃO

A comunicação em saúde é reconhecida como um dos pilares fundamentais para a consolidação das políticas públicas de saúde no Brasil, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Desde sua criação, o SUS baseia-se nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, o que implica a necessidade de estratégias comunicacionais capazes de garantir o acesso da população a informações confiáveis e compreensíveis sobre promoção, prevenção e cuidado em saúde (Castro *et al.*, 2019). No entanto, nas últimas décadas, o avanço das tecnologias digitais e o uso intensivo das redes sociais transformaram radicalmente a forma como as informações são produzidas, compartilhadas e consumidas, abrindo espaço para a disseminação acelerada de conteúdos falsos, distorcidos ou sem base científica — fenômeno amplamente conhecido como desinformação.



A chamada *infodemia*, termo cunhado pela Organização Mundial da Saúde, designa o excesso de informações, verdadeiras ou não, que circulam em períodos de crise sanitária, dificultando o discernimento e comprometendo a confiança pública nas instituições (Matagi, 2024). No contexto brasileiro, esse problema assume proporções alarmantes, pois combina desigualdades sociais, baixa literacia em saúde e concentração midiática, fatores que agravam a vulnerabilidade informacional da população e comprometem a efetividade das ações do SUS (Santos *et al.*, 2022). Durante a pandemia de COVID-19, a circulação massiva de notícias falsas sobre vacinas, medicamentos e medidas preventivas gerou impactos diretos na adesão às políticas públicas, contribuindo para o aumento de riscos à saúde coletiva e para a erosão da credibilidade das fontes oficiais (Oliveira *et al.*, 2020; Kisa *et al.*, 2024).

Esse cenário evidencia um problema central: a fragilidade das estratégias de comunicação pública em saúde diante da velocidade e do alcance da desinformação digital. As mensagens baseadas em evidências científicas, tradicionalmente veiculadas por meios institucionais, passaram a competir com narrativas simplificadas e sensacionalistas disseminadas por influenciadores, grupos políticos e fontes não especializadas. Como observa Marx *et al.* (2023), as instituições de saúde pública brasileiras têm buscado reagir por meio de abordagens inovadoras, utilizando recursos da cultura digital, como memes, infográficos e vídeos curtos, para promover engajamento e combater informações falsas, especialmente em campanhas de vacinação. Entretanto, ainda persistem desafios relacionados à formação de profissionais de saúde comunicadores, à falta de financiamento para políticas de comunicação social e à ausência de uma estratégia nacional integrada de enfrentamento da desinformação.

A justificativa desta pesquisa reside na urgência de compreender a comunicação em saúde como política pública essencial à defesa do SUS e ao fortalecimento da democracia sanitária. A desinformação, ao minar a confiança nas instituições e distorcer percepções sobre a ciência, representa uma ameaça direta à universalização do direito à saúde. Assim, investigar como a comunicação pode ser utilizada de forma ética, estratégica e participativa é fundamental para garantir que o conhecimento científico circule de maneira acessível, crítica e transformadora. Além disso, o estudo busca destacar o papel das mídias digitais, da literacia em saúde e do engajamento comunitário como ferramentas indispensáveis para reconstruir a





confiança pública e promover a corresponsabilidade social na produção e consumo de informações.

Parte-se da hipótese de que estratégias de comunicação baseadas na escuta ativa, na clareza informacional e na valorização das linguagens populares são capazes de reduzir o impacto da desinformação e fortalecer a adesão da população às políticas do SUS. Pressupõe-se que o diálogo contínuo entre Estado, mídia e sociedade civil é condição indispensável para o enfrentamento das infodemias e para a consolidação de uma cultura pública de saúde pautada na confiança e na transparência.

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é analisar, por meio de uma revisão narrativa da literatura, as estratégias e desafios da comunicação em saúde no enfrentamento da desinformação no contexto do SUS, discutindo como as políticas de comunicação pública podem contribuir para a reconstrução da confiança institucional e para a promoção de uma cultura informacional crítica e participativa.

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido como uma revisão narrativa da literatura, com o propósito de analisar os desafios e as estratégias de comunicação em saúde no enfrentamento da desinformação no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse tipo de revisão foi escolhido por permitir uma abordagem ampla e interpretativa, que integra diferentes perspectivas teóricas e empíricas, possibilitando compreender fenômenos complexos como a infodemia e seus efeitos sobre as políticas públicas de saúde.

A pesquisa foi conduzida entre os meses de agosto e outubro de 2025, em ambiente digital, sem restrição geográfica, uma vez que não envolveu a participação direta de seres humanos ou animais. Por esse motivo, o estudo dispensa submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e não possui número de Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE).

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases PubMed, SciELO, BMC Palliative Care, Journal of Medical Internet Research, Ciência & Saúde Coletiva, Internet Research, The Lancet e JMIR Public Health and Surveillance, selecionadas por sua relevância nas áreas de





comunicação, saúde pública e políticas sanitárias. Para orientar a busca, foram utilizados descritores controlados e não controlados, em português e inglês, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, o que possibilitou o intercruzamento dos termos e a ampliação do alcance das publicações pertinentes. As palavras-chave utilizadas incluíram: “comunicação em saúde” e “health communication”, “desinformação” e “misinformation”, “infodemia” e “infodemic”, “Sistema Único de Saúde” e “Brazilian Unified Health System (SUS)”, além de “literacia em saúde” e “health literacy”. Os principais cruzamentos realizados foram “health communication AND misinformation AND SUS” e “infodemic AND Brazil AND public health”.

Foram incluídos artigos publicados entre 2019 e 2025, disponíveis na íntegra, redigidos em português, inglês ou espanhol, e que abordassem, de forma direta ou indireta, a comunicação em saúde, a desinformação e as estratégias de enfrentamento no âmbito do SUS. Foram excluídos trabalhos duplicados, publicações com acesso restrito, textos sem rigor metodológico, estudos anteriores a 2019 e pesquisas que tratassem exclusivamente de contextos privados ou internacionais sem relação com o sistema público de saúde brasileiro.

A busca inicial resultou em 47 estudos encontrados, dos quais 23 foram selecionados após leitura de títulos e resumos. Após a leitura integral e análise dos textos completos, 9 artigos atenderam integralmente aos critérios de inclusão, constituindo o corpus final desta revisão. Entre os estudos selecionados, foram identificados diferentes abordagens metodológicas, como revisões sistemáticas, ensaios teóricos e pesquisas qualitativas sobre comunicação pública, infodemia e políticas sanitárias.

A coleta de dados foi realizada manualmente, com extração das informações referentes a autores, ano de publicação, objetivos, tipo de estudo, principais resultados e conclusões. As variáveis de interesse incluíram: estratégias de enfrentamento da desinformação, uso de mídias digitais e tecnologias de informação, literacia em saúde, engajamento comunitário e confiança pública no SUS.

Os dados foram submetidos à análise temática e interpretativa, com o intuito de identificar padrões de convergência e divergência entre os estudos e organizá-los em categorias centrais, a saber: (1) comunicação em saúde e políticas públicas; (2) infodemia e desinformação no Brasil; (3) estratégias digitais e literacia em saúde; e (4) desafios estruturais e políticos do





SUS frente à desinformação. Essa abordagem possibilitou uma leitura crítica e integrada do fenômeno, articulando evidências científicas e aspectos socioculturais da comunicação pública em saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunicação em saúde constitui um dos pilares estruturantes do Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que sustenta a disseminação de informações confiáveis, a promoção da educação sanitária e o fortalecimento do vínculo entre Estado e sociedade. Contudo, nas últimas décadas, observou-se o crescimento exponencial da desinformação em saúde, fenômeno amplificado pelas redes sociais digitais e pela fragilidade de políticas públicas voltadas à literacia midiática. Esse contexto tem comprometido a confiança da população em instituições científicas e sanitárias, dificultando a adesão a campanhas de imunização, programas de prevenção e políticas públicas coletivas. A Organização Mundial da Saúde define esse fenômeno como “infodemia”, caracterizado pela sobrecarga de informações verdadeiras e falsas que se propagam rapidamente, gerando confusão, medo e resistência social (Matagi, 2024).

No caso brasileiro, os desafios comunicacionais tornam-se ainda mais complexos devido às assimetrias regionais e à hegemonia de discursos midiáticos privatistas, que muitas vezes enfraquecem a imagem do SUS como política pública de Estado (Santos *et al.*, 2022). A presença de um oligopólio de mídia dificulta a pluralidade de vozes e reduz a capacidade do sistema público de pautar a agenda pública em torno da saúde coletiva. Como destacam Castro *et al.* (2019), a consolidação do SUS nos seus 30 anos de existência depende não apenas de financiamento e gestão, mas também da construção de uma comunicação pública sólida, participativa e capaz de formar opinião crítica e democrática sobre o direito à saúde.

Nesse aspecto, o enfrentamento da desinformação requer o uso de estratégias inovadoras, capazes de dialogar com os códigos culturais e linguagens próprias do ambiente digital. Marx *et al.* (2023) demonstraram que instituições públicas de saúde no Brasil têm utilizado ferramentas inspiradas na cultura da internet, como memes, vídeos curtos, infográficos





e referências à cultura pop, para aumentar o engajamento e combater notícias falsas durante campanhas de vacinação. Essa estratégia, embora informal, mostrou-se eficaz para atrair públicos jovens e fortalecer a confiança nas fontes oficiais de informação. O humor, quando aplicado de forma ética e contextualizada, atua como mediador entre a linguagem técnica da ciência e a linguagem cotidiana dos cidadãos, transformando a comunicação em instrumento pedagógico de conscientização.

Além disso, a adoção de estratégias de literacia em saúde e mídias é apontada como uma das medidas mais eficazes para mitigar o impacto das infodemias. Segundo Kisa *et al.* (2024), a falta de capacidade crítica para avaliar a veracidade de informações é um dos fatores que potencializam a propagação de conteúdos enganosos. Programas de educação digital voltados à população, à imprensa e aos profissionais de saúde são, portanto, indispensáveis para a construção de uma cultura de informação científica. Essa perspectiva é reforçada por Matagi (2024), que propõe a integração entre comunicação baseada em evidências, políticas públicas de verificação de fatos e incentivo à produção de conteúdos informativos em linguagem acessível, garantindo maior transparência e confiabilidade na esfera pública.

A pandemia de COVID-19 expôs de forma contundente as fragilidades comunicacionais do sistema de saúde brasileiro, mas também revelou seu potencial adaptativo. Oliveira *et al.* (2020) e Donida *et al.* (2021) mostram que a crise sanitária impulsionou a criação de plataformas digitais de informação, o fortalecimento da vigilância epidemiológica e a incorporação da saúde digital como eixo estratégico de ação. As ferramentas de telemedicina, os painéis de dados e as campanhas em redes sociais ampliaram o alcance das informações oficiais e contribuíram para contrapor narrativas desinformativas, ainda que de forma desigual entre as regiões. A experiência demonstrou que a inovação tecnológica deve ser acompanhada de mediação humana, de modo a garantir empatia, clareza e adequação cultural das mensagens transmitidas.

No entanto, o combate à desinformação no SUS não se limita à dimensão técnica da comunicação. Ele exige engajamento comunitário, governança pública e confiança institucional, elementos que só se sustentam por meio de diálogo constante com os territórios e suas populações. Cenedesi Júnior *et al.* (2024) defendem que reconstruir uma saúde pública de qualidade no Brasil implica reconhecer o papel das comunidades como protagonistas na





produção e disseminação de conhecimento sobre saúde. Assim, as estratégias comunicacionais precisam ser descentralizadas, intersetoriais e inclusivas, envolvendo lideranças locais, agentes comunitários e movimentos sociais.

Nesse sentido, a comunicação em saúde deve ser compreendida como uma política de Estado, e não apenas como um instrumento de gestão ou marketing institucional. O enfrentamento da desinformação demanda a consolidação de uma cultura pública de informação científica e a valorização da comunicação como prática educativa, ética e cidadã. A convergência das evidências analisadas permite concluir que, para além de campanhas pontuais, o Brasil necessita investir em estruturas permanentes de comunicação social no SUS, com equipes capacitadas, financiamento contínuo e integração entre ciência, mídia e sociedade civil.

Em síntese, a comunicação em saúde e o combate à desinformação constituem dimensões indissociáveis da defesa do SUS e da democracia sanitária. Em tempos de infodemia, comunicar com clareza, escutar com empatia e dialogar com diversidade são atos de resistência e de cuidado coletivo.


CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos estudos permitiu compreender que a comunicação em saúde é um componente essencial para a consolidação do Sistema Único de Saúde, especialmente em tempos marcados pela intensificação das infodemias e pelo crescimento da desinformação nas plataformas digitais. A efetividade das políticas públicas de saúde depende, cada vez mais, da capacidade das instituições de dialogar com a sociedade de maneira clara, acessível e contínua, combatendo narrativas falsas e fortalecendo a confiança da população nas fontes oficiais de informação. Nesse sentido, a comunicação não deve ser tratada como um instrumento auxiliar da gestão, mas como um eixo estruturante das ações de promoção, prevenção e cuidado.

A revisão evidenciou que a desinformação representa um desafio transversal, com impactos diretos sobre a adesão às campanhas de vacinação, o enfrentamento de emergências sanitárias e a percepção social sobre o SUS. Para enfrentar esse cenário, torna-se indispensável investir em estratégias inovadoras que combinem tecnologia, criatividade e participação social.





 10.71248/9786583818249-8

O uso de elementos da cultura digital, como memes, vídeos curtos e linguagem popular, mostrou-se eficaz para ampliar o alcance das mensagens públicas e aproximar o discurso institucional da realidade cotidiana dos cidadãos. Contudo, tais estratégias devem estar associadas à literacia em saúde, à checagem de fatos e à formação de profissionais capazes de traduzir o conhecimento científico em linguagem compreensível, sem perder o rigor técnico.

Conclui-se que o enfrentamento da desinformação no contexto do SUS exige uma abordagem integrada, sustentada por políticas permanentes de comunicação pública, financiamento adequado e articulação intersetorial. A comunicação deve ser compreendida como prática ética, educativa e cidadã, voltada para o fortalecimento da democracia sanitária e para o reconhecimento do direito à informação como parte indissociável do direito à saúde. Assim, comunicar em saúde é também cuidar: é garantir que o conhecimento circule de forma justa, acessível e transformadora, promovendo autonomia, confiança e pertencimento social.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Marcia C. *et al.* Brazil's unified health system: the first 30 years and prospects for the future. **The Lancet**, v. 394, n. 10195, p. 345-356, 2019. DOI: 10.1016/S0140-6736(19)31243-7.

CENEDESI JÚNIOR, Mario Angelo *et al.* The challenges in rebuilding a quality public health in Brazil. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 30, p. 1-12, 2024. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/oel/>. Acesso em: 24 out. 2025.

DONIDA, B. *et al.* Making the COVID-19 pandemic a driver for digital health: Brazilian strategies. **JMIR Public Health and Surveillance**, v. 7, n. 11, e33837, 2021. DOI: 10.2196/33837.

KISA, S. *et al.* A comprehensive analysis of COVID-19 misinformation, public health impacts, and communication strategies: scoping review. **Journal of Medical Internet Research**, v. 26, n. 4, e45832, 2024. DOI: 10.2196/45832.

MARX, Julian *et al.* Combating misinformation with internet culture: the case of Brazilian public health organizations and their COVID-19 vaccination campaigns. **Internet Research**, v. 33, n. 9, p. 1863–1882, 2023. DOI: 10.1108/INTR-08-2022-0659.

MATAGI, S. Combating public health infodemics: strategies for misinformation control and evidence-based communication. **Journal of Advances in Medicine and Medical Research**, v. 36, n. 2, p. 55–68, 2024. DOI: 10.9734/jammr/2024/v36i214287.



10.71248/9786583818249-8

OLIVEIRA, Wanderson Kleber de *et al.* How Brazil can hold back COVID-19.

Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 29, n. 4, p. e2020044, 2020. DOI: 10.5123/S1679-49742020000400023.

PEREIRA, V. *et al.* Strategies for the implementation of clinical practice guidelines in public health: an overview of systematic reviews. **Health Research Policy and Systems**, v. 20, n. 15, p. 1-16, 2022. DOI: 10.1186/s12961-022-00863-y.

SANTOS, Ronaldo Teodoro dos *et al.* Public health and communication: impasses facing Brazil's National Health System in democratic public opinion formation. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 8, p. 3153–3164, 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022278.04562022.

